

POBREZA E TRABALHO NO SETOR DE SERVIÇOS NO NORDESTE BRASILEIRO

Thiago Limoeiro Ricarte^{*}
Maria Renata Bezerra Melo^{**}
Ivan Targino^{***}

RESUMO: A piora nas condições gerais de trabalho e a expansão do setor de serviços têm influenciado o padrão de pobreza do trabalhador no Brasil. Diante disto, o objetivo do trabalho é verificar, através de um modelo *probit*, os principais fatores que influenciam o nível de pobreza do trabalhador do setor de serviços no Nordeste brasileiro. Buscou-se analisar as características socioeconômicas dos indivíduos que afetam essa probabilidade, através de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano 2011. Os resultados mostraram que: nível de educação formal, número de horas trabalhadas, idade, migração e sexo masculino estão negativamente relacionados com o nível de pobreza; enquanto que fatores tais como tamanho da família, residir na área urbana e não ser da cor branca contribuem de maneira positiva na probabilidade dos trabalhadores serem pobres. Os estados do Nordeste que mais colaboram para a pobreza no setor serviços são o Maranhão, seguido por Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Trabalhador pobre. Serviços. Linhas de pobreza. *Probit*.

Classificação JEL: I32, J01, L80.

ABSTRACT: The deterioration in general conditions of work and the expansion of the service sector have influenced the pattern of poverty of workers in Brazil. Hence, the objective is to verify, through a probit model, the main factors influencing the level of poverty of the worker in the service sector in the Northeast of Brazil. We sought to analyze the socioeconomic characteristics that affect this probability, using data from the National Survey by Household Sampling (PNAD) of 2011. The results showed that level of formal education, hours worked, age, and male migration are

* Mestrando em Economia do PPGE/UFPB. E-mail: ricarteufc@gmail.com

** Mestranda em Economia do PPGE/UFPB. E-mail: renatamufc@gmail.com

*** Professor do Departamento de Economia da UFPB. E-mail: ivantargino@bol.com.br

negatively related to the level of poverty, whereas factors such as family size, reside in urban areas and not be of white color contribute positively on the probability of being poor workers. The Northeast states that collaborate to more poverty in the services sector are Maranhão, followed by Alagoas, Piauí and Rio Grande do Norte.

Key-words: Worker poor. Services. Poverty lines. *Probit*.

JEL code: I32, J01, L80.

I INTRODUÇÃO

A pobreza é geralmente relacionada ao desemprego, contudo, um grande número de pessoas consideradas pobres está trabalhando ou à procura de trabalho. Estes indivíduos são conhecidos na literatura como trabalhadores pobres. Isto é, mesmo estando empregados, os rendimentos continuam abaixo de determinadas linhas ou índices de pobreza.

Nas últimas décadas, a preocupação a respeito deste tema tem crescido, principalmente nos Estados Unidos, Canadá e França. No Brasil, as pesquisas têm se orientado no sentido de tentar conceituar pobreza e trabalhador pobre e buscar uma metodologia de mensuração e de identificação dos seus fatores determinantes.

Há muitos fatores que contribuem para a pobreza do trabalhador, tais como fatores demográficos (sexo, raça, tamanho da família, ser imigrante, entre outros), institucionais (mercado de trabalho pouco flexíveis), socioeconômicos (nível de escolaridade, distribuição desigual de renda), mas, sem dúvida, a precarização do emprego assume um papel de destaque e, portanto, merece uma atenção especial.

O processo de reestruturação do setor de serviços a partir dos anos noventa vem diferenciando as relações de trabalho, tornando-as mais flexíveis, o que tem contribuído para a sua informalização e precarização (RUBERTI *et al.*, 2005). A piora nas condições gerais de trabalho e a expansão do setor de serviços - que atingiu, no ano de 2012, a participação no valor adicionado do PIB de 68,5%, de acordo com IBGE (2013) - estão, provavelmente, entre as principais causas da pobreza do trabalhador no Brasil.

Nos Estados Unidos, por exemplo, 13,1% dos trabalhadores do setor de serviços foram classificados como trabalhadores pobres em 2010. Há um total de 3,2 milhões de pessoas nessa condição, respondendo por quase um terço de todos os classificados como trabalhadores pobres (U.S. BLS, 2012).

O setor de serviços no Nordeste do Brasil é o mais importante no que diz respeito à absorção da população ocupada e à participação no valor adicionado bruto. Paralelamente, a pobreza e a desigualdade ainda são características muito fortes nesta região.

Diante disto, o trabalho em questão tem o objetivo de verificar os fatores que estão relacionados com o nível de pobreza do trabalhador do setor de serviços no Nordeste brasileiro. Para tanto será utilizado um modelo *probit*, alimentado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano 2011. Buscar-se-á analisar as características socioeconômicas dos indivíduos que afetam essa probabilidade.

O artigo possui cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção faz uma breve revisão de literatura sobre o setor de serviços, as características econômicas do Nordeste brasileiro e as diferentes linhas de pobreza. A terceira seção discute a base de dados e a metodologia empregada. A quarta seção analisa os resultados obtidos. Por fim, realiza-se uma breve conclusão do trabalho.

II REFERENCIAL TEÓRICO

A elaboração deste trabalho ancorou-se em três eixos temáticos, a saber: o papel do setor de serviços, características socioeconômicas do Nordeste e o problema da pobreza. A seguir são feitas algumas considerações sobre cada um destes eixos.

2.1 O Setor de Serviços

A importância de entender as características das atividades do setor de serviços tem aumentado devido ao crescimento da participação do setor no emprego e na renda do país. Além disso, segundo Gatt (1989), diversos segmentos desse setor proporcionam insumos fundamentais ao setor industrial, como é o caso de seguros, telecomunicações, transportes e todo o setor bancário.

O setor de serviços é de importância crescente nas economias dos países membros da organização. A produtividade e o crescimento do emprego são altamente dependentes do sucesso das atividades de serviços que, em geral, são menos propensas a inovar do que as empresas da manufatura. Contudo, evidências estatísticas mostram que elas estão se tornando mais inovadoras e intensivas em conhecimento. Serviços tais como intermediação financeira e serviços de negócios mostram níveis acima da média de inovação (OECD, 2005).

Clark (1940) faz uma associação do nível de renda dos países com a participação dos setores na sua composição. Por exemplo, países de renda muito baixa teriam uma maior participação relativa do setor primário no PIB. Em um nível médio de renda *per capita* a participação dominante será do setor industrial. À medida que alcançam níveis altos de renda *per capita*, a participação prevalente é deslocada do setor industrial para o setor de serviços.

É usual associar o crescimento da taxa de participação dos serviços na geração da renda e do emprego ao aumento da riqueza social ou ao grau de desenvolvimento de um país. No entanto, como salientado por Melo *et al.* (1998), a literatura que trata do subdesenvolvimento destaca o fato de que um setor de serviços quantitativamente significativo não está, necessariamente, associado a etapas avançadas de desenvolvimento. O inchaço do setor terciário poderia advir de elementos estruturais tais como a concentração da propriedade fundiária e a incapacidade do desenvolvimento industrial absorver camadas crescentes da população expulsa do campo. A única possibilidade da população de baixa qualificação de encontrar uma ocupação seria nas atividades tradicionais de serviços, ou seja, em subempregos e sofrendo exclusão social (MELO, 1999).

Almeida e Silva (1973) reforçam essa ideia, afirmando que um acréscimo da força de trabalho nas atividades terciárias devido à industrialização e à urbanização atinge, principalmente, os ramos que exigem menor qualificação, caracterizando-os como absorvedores de mão de obra urbana pouco qualificada.

Melo *et al.* (1997) explicitam que a característica do setor de serviços de aumentar sua participação gerando postos de trabalho de baixa qualificação e salários aviltantes se justifica para a sustentação

do crescimento no longo prazo ao processo das industrializações tardias que utilizaram-se de tecnologias poupadoras de mão de obra.

Conforme Santos e Moreira (2006), a reestruturação produtiva, pela qual passam as economias capitalistas, gera mudanças tecnológicas e mudanças no processo de trabalho que acabam afetando diversos setores, reduzindo-se os postos de trabalho e aumentando-se a multifuncionalidade dos trabalhadores. Assim, reduz-se a qualidade de vida dos trabalhadores em diversos campos.

Apesar da relevância crescente do setor de serviços, este é um tanto desassistido devido a dificuldades de definição/classificação e mensuração. Fisher (1933) foi o primeiro a sugerir que as atividades econômicas fossem divididas em primárias, secundárias e terciárias. Para ele, o terciário produzia bens imateriais. Já Clark (1940) considera a expressão serviços mais adequada para expressar a grande diversidade de atividades do setor. Destacando, conforme Kon (1999), que os dois consideravam a atividade de serviços como algo residual, ou seja, como as atividades econômicas que iam além da agricultura e da manufatura. Essas classificações são baseadas na produção.

Surgiram outras classificações como a de Fuchs (1968), muito utilizada mundialmente, que dividia as atividades em agricultura, indústria e serviços (comércio, empresariais e governo) e a da ONU (1968), que já era baseada na função do setor: comércio, alojamento e alimentação; transportes e comunicações; atividades financeiras, bens imóveis e serviços às empresas; e serviços comunitários, sociais e pessoais.

A classificação de serviços formulada por Browning e Singelmann (1978) também é largamente utilizada: serviços distributivos (transportes, comunicações, comércio); serviços às empresas (financeiros, profissionais); serviços sociais (saúde, educação, defesa); e serviços pessoais (domésticos, hotéis, restaurantes, lazer).

Uma consequência da dificuldade de classificação é a complexidade da mensuração do produto dos serviços. Um indício deste fato está na deficiência da base estatística do setor.

Para atingir os objetivos deste trabalho – identificar os fatores que influenciam o nível de pobreza do trabalhador do setor de serviços no Nordeste – será utilizada a classificação que está contida no glossário da PNAD/IBGE com base na agregação dos grupamentos

de atividade das divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Domiciliar (CNAE – Domiciliar). Fazem parte do setor de serviços: alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; e outras atividades.

2.2 Características socioeconômicas do Nordeste:

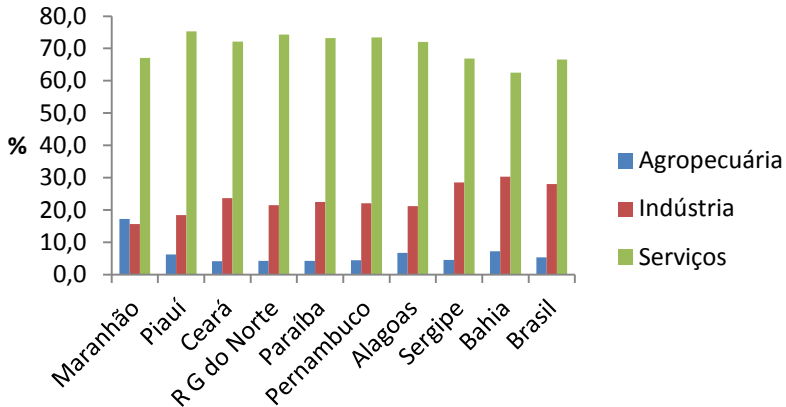
O Nordeste vem apresentando, no período recente, aspectos que têm despertado o interesse dos pesquisadores, como as taxas médias positivas de crescimento econômico acima da média nacional, a elevação da renda dos mais pobres, o aumento do consumo, assim como a redução das desigualdades sociais (CARVALHO, 2008).

A participação das atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) em cada estado da região Nordeste e no Brasil pode ser verificada no Gráfico 1 para o ano de 2010. De um modo geral, as participações das atividades em cada estado se assemelham à do Brasil, com exceção da agropecuária no Maranhão que representa uma parcela maior (17,2%, contra 5,3% do Brasil) e a indústria uma parcela menor (15,7%, contra 28,1% do Brasil).

O setor industrial – constituído pela indústria extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil e pelos serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, gás e abastecimento de água) – na Bahia e em Sergipe representa uma parcela maior do que a média nacional (28,1%) de 30,3% e 28,6%, respectivamente.

O setor de serviços – compreendido aqui pelos segmentos do comércio, dos serviços de reparos, de alojamento e alimentação, de transporte e armazenagem, de comunicação, de intermediação financeira, de atividades imobiliárias, de serviços às empresas, de administração pública e seguridade social, de saúde e educação mercantis e de serviços domésticos e outros serviços –, é o setor que apresenta a maior participação em todos os estados nordestinos (em média 70%). Com exceção da Bahia, os estados nordestinos exibem uma participação deste setor maior do que a média nacional.

Gráfico 1: Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação da Região Nordeste - 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – Departamento de Contas Regionais.

Ainda em relação aos grandes setores produtivos nordestinos, o setor de comércio e serviços registra um crescimento maior que os demais. Com base nos dados do Departamento de Contas Regionais (IBGE), no período de 2002 a 2010, por exemplo, o produto agropecuário da região Nordeste registrou um crescimento de 7,9% ao ano, menor do que o da economia agrícola brasileira (8,2%). O setor industrial apresentou um crescimento de 11,3% ao ano, semelhante ao nacional. Já o setor de serviços apresentou um crescimento de 11,8%, maior do que o registrado para o total das regiões (10,9%).

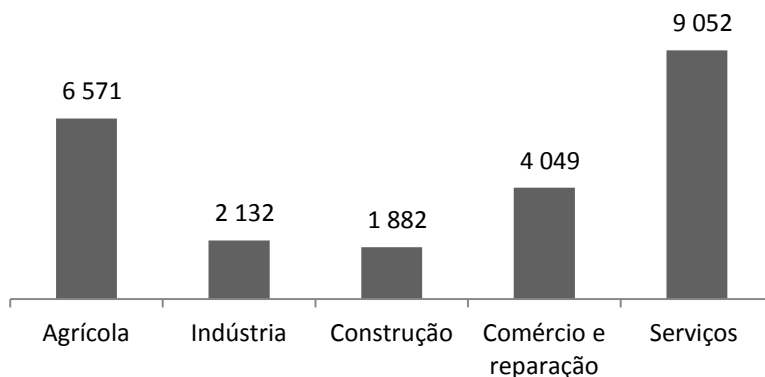
Segundo dados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) 2010, divulgados pelo IBGE, no período de 2007 a 2010, o setor de serviços teve crescimento real de 31,8% em sua receita. Entretanto, este crescimento teve grande responsabilidade dada pela região Nordeste, onde a alta chegou a 36,1%. O faturamento do setor de serviços avançou 11% em 2010, puxado pelo desempenho da região Nordeste, evidenciando uma recuperação do setor em relação ao ano de 2009, quando seu avanço havia sido de 6,4%.

Ainda de acordo com o instituto, a maior parte da receita gerada pelas empresas de prestação de serviços não financeiros no

Brasil provém de apenas 5,5% das companhias. Elas empregaram 20 pessoas ou mais em 2010 e responderam por um faturamento de 677 bilhões de reais no período, ou 77,9% do total do setor. Apesar da região Nordeste apresentar o maior crescimento do setor de serviços, a maior parte das empresas permanece no Sudeste, sendo responsáveis por: 66,9% da receita de prestação de serviços no Brasil (647,3 bilhões de reais); 67,2% dos salários; e 60,3% do pessoal ocupado (6,4 milhões).

No que diz respeito à população empregada no setor de serviços, o Gráfico 2 traz uma comparação das pessoas ocupadas no setor de serviços em relação aos outros grupamentos de atividade no Nordeste. É possível perceber que o setor de serviços é o que mais possui pessoas ocupadas, ficando evidente a importância deste setor no mercado de trabalho regional. O segundo setor que mais ocupa pessoas é o agrícola, mostrando que essa atividade ainda é muito marcante nesta região, apesar da pouca participação no valor adicionado bruto. A indústria tem uma das menores participações em termos de pessoas ocupadas.

Gráfico 2: Pessoas ocupadas por grupamentos de atividade na Região Nordeste, segundo a classificação da CNAE – Domiciliar, 2011 (1000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – Departamento de Contas Regionais.

Apesar da melhora em termos sociais e econômicos, a pobreza e a desigualdade ainda são os principais obstáculos para o Nordeste. Justifica-se, portanto, o presente trabalho, que busca

identificar a pobreza daqueles que estão inseridos no setor mais importante no que diz respeito à população empregada e na participação no valor adicionado bruto.

2.2 Pobreza: dificuldade de mensuração

Como as políticas públicas de transferência de renda mostram ter forte impacto sobre a queda da pobreza, a definição de qual família deve ser beneficiada por estas políticas se torna cada vez mais relevante para estudo.

O Brasil não tem uma metodologia oficial para a mensuração da pobreza e as políticas públicas utilizam critérios diferentes. Enquanto a linha de inclusão no Programa Bolsa Família (PBF) é de R\$ 140, a linha de inclusão no Benefício de Prestação Continuada (BPC) é de 1/4 do salário mínimo vigente, hoje correspondente a R\$ 169,50 (Decreto nº 7.872, de 26.12.2012 R\$ 678,00). Isto quer dizer que alguns dos que são considerados pobres para o PBF não o são para o BPC.

Há muitos pesquisadores que adotam linhas de pobreza diversas e, por isso, produzem resultados que não coincidem com os demais. Considerando ainda, o uso de partes de salário mínimo e de outros critérios em documentos oficiais, tais como a linha da Cepal e o critério da Paridade do Poder de Compra, usados pelo Banco Mundial e as Nações Unidas para o cálculo das metas do milênio. Desse modo, é necessário primeiro definir o que seja pobre para depois calcular quem se encontra nesta situação.

Assim, há muito a considerar a respeito da sua mensuração, e se não for resumi-la à insuficiência de renda medida através de uma pesquisa domiciliar, incluiria dimensões não-monetárias (Índices multidimensionais). O problema com este método reside no conjunto de critérios para definir uma variável que se refere a algo que realmente é uma necessidade. Geralmente, as variáveis eleitas são aquelas facilmente coletadas em pesquisas domiciliares, podendo antes descaracterizar a realidade da pobreza.

Quanto à linha de pobreza relativa, normalmente é formulada em frações da renda média ou da mediana, porque a média ou a mediana estabelece o padrão-consumo social. Assim, a fração deste, pode servir como referência do padrão aceitável de consumo. Desta forma, a definição relativa deve ser ancorada em alguns

conceitos de bem-estar. Com efeito se a pobreza não se ancora em algum tipo de absoluto, então o que se mede é desigualdade e não pobreza.

Por outro lado, das linhas absolutas, tem-se a linha de pobreza subjetiva, onde há renda mínima que permita a compra de todas as necessidades, definidas cultural e historicamente. Uma forma para medir seria simplesmente perguntar às pessoas se elas se consideram pobres ou não. Há dois grandes problemas. Primeiro, Dependem dos detalhes de como a pergunta sobre a renda mínima. Seguindo, se o conceito de pobreza é o de um mínimo absoluto abaixo do qual a sobrevivência digna se torna impossível, é questionável usar as respostas de indivíduos que consideram um carro como necessidade essencial no cálculo da linha.

Em relação às linhas absolutas, há a mais difundida, o método calórico indireto. É a mais usada no Brasil para o cálculo de linhas de pobreza, porém, há várias abordagens que também são utilizadas em outros países. A fundamentação desse método é que a maior necessidade humana e universal é a necessidade biológica da alimentação. As linhas de pobreza da Cepal são calculadas mediante o uso do método calórico indireto, que já foi utilizado no Brasil por Thomas (1982) e Fava (1984), para o consumo calórico mínimo, entre outros como Vetter e Hicks (1983), Peliano (1993), Rocha (2000), Silveira *et al.* (2007), Neri (2007), World Bank (2006), para citar alguns.

Há duas abordagens, o método calórico direto e método calórico indireto. Quanto ao método direto, é um método bastante simples e consiste em três passos: Primeiro, usando uma tabela de alimentos e uma pesquisa de consumo familiar, atribui-se a cada família o seu consumo calórico. Segundo, usando análise de regressão, estima-se a relação bivariada entre renda e consumo calórico. Por fim, nesta relação bivariada, o ponto no qual as calorias mínimas são atingidas define a linha de pobreza. Quanto às desvantagens do método calórico direto: A primeira, é que as pesquisas de dispêndio não levantam calorias consumidas fora da residência. Em áreas rurais ou cidades pequenas difere muito das pessoas dos grandes centros urbanos onde consomem grande parte de suas calorias fora de casa. A segunda desvantagem é que o método calórico direto, em geral,

necessita de pesquisas de orçamentos com mais observações que outros métodos.

O método calórico indireto considera tanto o consumo de comida para a linha de pobreza quanto a contribuição dos bens, perfazendo dois estágios conceituais distintos, aos quais correspondem procedimentos de cálculo também distintos. O porquê do método calórico indireto não fazer sentido do ponto de vista do bem-estar, seria: operacional, devido o processo descrito ser repleto de decisões arbitrárias que podem levar a linhas de pobreza muito diferentes a partir dos mesmos dados. De acordo com Soares (2009), por meio do coeficiente de Engel, verifica-se que o método calórico indireto apresenta restrições do ponto de vista do bem-estar.

III METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Para fazer a pesquisa, foram selecionados os residentes dos estados do Nordeste do Brasil e uma série de indicadores socioeconômicos da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2011.

Escolheram-se as pessoas a partir de 10 anos de idade que declararam serem trabalhadoras na semana de referência da PNAD. Destes, extraiu-se apenas aqueles que eram trabalhadores no setor de serviços. O número de observações totalizou 17.530 indivíduos.

Neste estudo, a pobreza estará associada somente à ocorrência de níveis de renda considerados insuficientes para atender às necessidades básicas de um indivíduo. Isto é, utilizar-se-á a linha de pobreza absoluta comumente utilizada no Brasil e para fins de políticas públicas de transferência. A saber, “um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo.” (LOUREIRO; SULIANO, 2009, p. 5).

Para verificar a probabilidade do trabalhador do setor de serviços pertencer a população pobre e, além disso, analisar as características dos indivíduos que afetam essa probabilidade, estimar-se-á um modelo *probit* que tem a forma funcional dada por:

$$y = F(EST, NÍV, SEX, OCU, IDA, COR, TAM, UF, MIG, HOR, POS, URB)$$

(1)

onde:

$y = 1$, se o trabalhador do setor de serviços está em condições de pobreza; 0, caso contrário;

$EST =$ anos de estudo;

$NÍV = 1$, se o indivíduo tem o nível (i) de educação ($i = 1,2,3,4,5,6$); 0, caso contrário;

$SEX = 1$, se o indivíduo for do sexo masculino; 0, caso contrário;

$IDA =$ anos de idade;

$COR = 1$, se o indivíduo tiver cor (i); ($i =$ parda, amarela, preta, indígena e branca);

$TAM = 1$, se o tamanho da família é igual a (i) ($i = 1,2,3,4, > 4$);

$UF = 1$, se a Unidade da Federação for igual a (i) ($i =$ Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe);

$MIG = 1$, se o indivíduo for migrante; 0, caso contrário;

$HOR =$ número de horas trabalhadas por semana;

$POS = 1$, se a posição na ocupação do indivíduo for (i) ($i =$ Empregado, Conta própria, Empregador ou Não remunerado);

$URB = 1$, se o indivíduo residir na zona urbana; 0, se residir na zona rural.

IV RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados os resultados dos coeficientes e dos efeitos marginais da regressão *probit* para a probabilidade de um trabalhador do setor de serviços ser considerado como pobre (Tabela 1).

Para avaliar a qualidade do ajustamento do modelo, foram efetuados os testes qui-quadrado da razão de verossimilhança (LR), assim como o qui-quadrado de Pearson. A probabilidade associada ao teste LR foi inferior a 0,05 (0,000), portanto, rejeitou-se a hipótese nula de insignificância global do modelo, concluindo-se que existe pelo menos uma variável independente que contribua de maneira relevante para a previsão da variável dependente. Já a probabilidade

de Pearson foi igual a 0.9083. Isto significa que a hipótese nula de que o modelo está bem ajustado não foi rejeitada a um nível de significância de 5%.

A partir da Tabela 1, é possível observar que quase todas as variáveis do modelo foram estatisticamente significantes, excetuando-se: “18 a 40 anos” para a questão de idade; “Conta-própria” e “Empregados Diversos” para posição na ocupação; “Pernambuco” e “Sergipe” na categoria Estados; “40 a 44 horas” para a quantidade de horas trabalhadas por semana; e “15 anos ou mais” relativo a anos de estudo.

O grau explicativo do conjunto de variáveis independentes sobre a variável dependente também é importante na avaliação do modelo. Na estimação, é fornecido o valor do pseudo R^2 , o qual é uma tentativa de uma aproximação do R^2 . No modelo deste trabalho, o valor do pseudo R^2 foi de 0.1929, significando que 19,29% da variação da variável dependente pode ser atribuída às variáveis explicativas.

Os efeitos marginais mostram a contribuição individual de cada variável na probabilidade de ocorrência do evento: trabalhador do setor serviços ser pobre. Os sinais dos coeficientes estimados indicam se há uma queda ou aumento na probabilidade. No caso da variável que identifica o número de anos de estudo, por exemplo, o parâmetro foi significativo e negativo, sugerindo que, quanto maior o nível de educação formal, menor a probabilidade de o indivíduo pertencer à população pobre ou, mais precisamente, que cada ano adicional de estudo diminui a chance de um trabalhador do setor serviços em 3,5% de ser pobre.

Em relação à idade, notou-se que a probabilidade do trabalhador ser pobre é menor entre os trabalhadores acima de 41 anos, cujos sinais dos parâmetros foram significativos e negativos. O resultado para os trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos mostra que eles têm maiores chances de estar em condições de pobreza, o que é bem plausível levando em consideração que é mais corriqueiro, nessa faixa etária, aceitar trabalho em troca de uma baixa remuneração.

Percebeu-se também que, como esperado, entre os trabalhadores que são empregadores há uma queda da probabilidade de estar abaixo da linha de pobreza de, aproximadamente, 19,32%.

A variável tamanho da família, de um modo geral, foi significativa e negativa. Isto significa que contribui de maneira negativa com a pobreza do trabalhador. Contudo, mais especificamente, à medida que aumenta o número de componentes da família, o efeito marginal se reduz.

A variável migração mostrou que ser migrante diminui a probabilidade de ser pobre em 3,6%. Da mesma maneira, ser do sexo masculino contribui para uma menor probabilidade de ser pobre. A variável área censitária, no entanto, mostrou um efeito contrário: residir na área urbana aumenta a probabilidade de um trabalhador do setor serviços pertencer à população pobre. Isto se deve, provavelmente, ao fato de que este setor está muito mais presente nessas áreas.

Tabela 1: Efeitos marginais da regressão *probit* para a probabilidade de um trabalhador do setor de serviços pertencer à população pobre – 2011

| Variáveis | Efeito Marginal | Teste z |
|----------------------------|-----------------|---------|
| Anos de estudo | -0,0350 | -10,17* |
| IDADE | | |
| 10 a 17 | 0,0592 | 3,51* |
| 18 a 40 | 0,0001 | 0,01 |
| 41 a 60 | -0,1414 | -3,54* |
| 61 ou mais | -0,2445 | -4,69* |
| POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO | | |
| Empregado_diversos | 0,0329 | 1,29 |
| Conta própria | 0,0208 | 0,79 |
| Empregador | -0,1932 | -4,18* |
| Não remunerado (Excluído) | 0 | |
| TAMANHO DA FAMÍLIA | | |
| Um indivíduo | -0,3428 | -17,51* |
| Dois indivíduos | -0,2038 | -23,07* |
| Três indivíduos | -0,1419 | -18,20* |
| Quatro indivíduos | -0,0864 | -10,87* |

| | | |
|--------------------------------------|---------|--------|
| Quatro ou mais indivíduos (Excluído) | 0 | |
| Migração (Migrou=1) | -0,0364 | -3,25* |
| COR ou RAÇA | | |
| Parda | 0,0292 | 4,27* |
| Amarela | 0,0938 | 2,04* |
| Preta | 0,0233 | 2,35* |
| Indígena | -0,0297 | -0,56 |
| Branca | 0 | |
| Sexo (Masculino=1) | -0,0331 | -5,52* |
| Área Censitária (Urbano=1) | 0,0792 | 8,22* |
| Maranhão | 0,0760 | 6,33* |
| Piauí | 0,0378 | 2,80* |
| Ceará | 0,0154 | ,73** |
| Rio Grande do Norte | 0,0317 | 2,34* |
| Paraíba | 0,0265 | 1,97* |
| Pernambuco | 0,0084 | 0,97 |
| Alagoas | 0,0391 | 2,65* |
| Sergipe | 0,0062 | 0,47 |
| Bahia (Excluído) | 0 | |
| HORAS TRABALHADAS | | |
| Até 14 horas | 0,1334 | 9,93* |
| 15 a 39 horas | 0,0602 | 6,35* |
| 40 a 44 horas | 0,0086 | 0,94 |
| 45 a 48 horas | 0,0201 | ,82** |
| 49 horas ou mais (Excluído) | 0 | |
| ANOS DE ESTUDO | | |
| 1 a 3 anos | 0,0603 | 3,73* |
| 4 a 7 anos | 0,1447 | 6,79* |
| 8 a 10 anos | 0,2030 | 6,38* |
| 11 a 14 anos | 0,1755 | 4,34* |
| 15 ou mais anos | 0,0541 | 0,99 |
| Sem instrução (Excluído) | 0 | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD.

Nota: *denota significância ao nível de 1%, ** denota significância ao nível de 5%.

As cores ou raças parda, amarela e indígena contribuem de maneira significativa e positiva na probabilidade dos trabalhadores serem pobres.

Levando em consideração o Estado onde reside o trabalhador, verificou-se que todos colaboram de maneira positiva para a pobreza no setor serviços. Dentre aqueles com maiores efeitos marginais estão o Maranhão, seguido por Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte.

De acordo com a variável grupo de horas trabalhadas, aqueles indivíduos que trabalham mais horas têm menores chances de estarem em condições de pobreza, em consonância com a teoria que trata do trabalho em tempo parcial (*part-time*), pois, geralmente, esses empregos com horários reduzidos não proporcionam aos trabalhadores nenhum benefício e os salários costumam ser reduzidos.

Por fim, a análise feita por grupos de anos de estudo revela que o grupo “8 a 10 anos” foi o que mais contribuiu para um aumento da probabilidade do trabalhador do setor serviços ser pobre, seguido dos grupos “11 a 14 anos” e “4 a 7 anos”. Isto faz sentido se observarmos a média de anos de estudo do trabalhador deste setor: 10,3 anos com desvio padrão de 4,38.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar os principais fatores que estão relacionados com o nível de pobreza do trabalhador do setor de serviços no Nordeste brasileiro, a partir de um modelo *probit*, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano 2011.

Os resultados do modelo sugerem que aqueles trabalhadores com um maior nível de educação formal, acima de 41 anos, empregadores, migrantes, do sexo masculino e que trabalham mais horas, têm menor probabilidade de serem pobres. Além disso, o tamanho da família também colabora de maneira negativa para a pobreza. Contudo, à medida que aumenta o número de componentes da família, a contribuição diminui.

Enquanto que aqueles trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos, que residem na zona urbana, que têm as cores parda, amarela ou indígena e que se encontram nos estados do Maranhão, Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte, têm maiores chances de estar em condições de pobreza.

Diante deste quadro apresentado, torna-se necessário rever as políticas públicas de combate à pobreza no Brasil - compensatórias e assistenciais - buscando soluções e estratégias de ação em setores estratégicos, como o setor de serviços, que apresentem efeitos mais duradouros e sustentáveis.

Dentre as possíveis medidas que podem ser tomadas, podem-se destacar as que visam apoiar às micro e pequenas empresas, com o intuito não apenas de absorver os desempregados da pós-reestruturação, mas sim de fornecer programas de qualificação e educação da mão de obra que elevem o nível de habilidade técnica e cognitiva dos trabalhadores para as novas tarefas, além de políticas que visem aumentar a capacidade tecnológica das empresas, já que a tecnologia é o fator por excelência de incremento da produtividade e da competitividade empresarial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. J. M.; SILVA, M. C. **Dinâmica do setor Serviços no Brasil — emprego e produto**. Rio de Janeiro: IPEA, 1973 (Relatório de Pesquisa, 18).

BROWNING, H. C.; SINGELMAN, J. **The emergence of a service society**. Springfield, 1978.

CARVALHO, C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2008. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211223330-.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2013.

CLARK, C. **The conditions of economic progress**. London: MacMillan Co. Ltd. 1940.

FAVA, V. L. **Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil**. São Paulo: IPE/USP. 1984.

FISHER, A. G. B. Capital and the growth of knowledge. **Economic Journal**, v.45, p. 379-389, 1933.

FUCHS, V. R. **The service economy**. Nova York: National Bureau of Economic Research. 1968.

GATT. **International Trade 1988-89**. Genebra, 1989.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Indicadores de Volume e Valores Correntes. 2013. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201301caderno.pdf

Acesso em: 25 de junho de 2013.

_____. **Pesquisa anual de serviços – PAS/2010**. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Servicos/pas2010/pas2010.pdf Acesso em: 10 de outubro de 2013.

KON, A. Sobre as Atividades de Serviços: Revendo Conceitos e Tipologias. **Revista de Economia Política**, vol. 19, nº 2 (74), abril-junho/ 1999.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D. C. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Governo do Estado do Ceará: SEPLAG/IPECE, ago. 2009, p. 1 -10 (Nota técnica n. 38).

MELO, H. P. Os serviços no Brasil: crescimento e emprego 1985/1995. In: 2º Encontro Regional da ABET. **Anais...** João Pessoa, ABET ICME-JP, vol II. 1999.

MELO; ROCHA; FERRAZ; SABBATO; DWECK. **É possível uma política para o setor serviços?** Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão nº 457).

_____. **O setor serviços no brasil: uma visão global — 1985/95**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (Texto para Discussão nº 549).

NERI, M. (Coord.). **Miséria, desigualdade e política de renda: o real do Lula**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS 2007.

ONU. **A System of National Accounts**, Série F, n. 2 Revisão 3, New York, 1968.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Promoting innovation in services**. Paris: OECD. DSTI/STP/TIP(2004)/FINAL. 14 Oct. 2005.

PELIANO, A.M. T. M. (coord). **O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar**. Brasília: IPEA Março de 1993. (Documento de Política No 14).

ROCHA, S. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. cap. 4.

RUBERTI, K. C; GUIMARÃES, V. N; GELINSKI, C. R. O. G. **Relações de Trabalho no Setor de Serviços no Contexto da Reestruturação Produtiva**. 2005.

SANTOS, L. M.; MOREIRA, I. T. Condições do mercado de trabalho no setor de serviços nordestino. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** ABEP, Caxambú - MG, 2006.

SILVEIRA, F. G.; CARVALHO, A. X. Y.; AZZONI, C. R.; CAMPOLINA, B.; IBARRA, A. **Dimensão, magnitude e localização das populações pobres o Brasil**. Brasília: Ipea, maio 2007 (Texto para Discussão, n. 1.278).

SOARES, S. S. **Metodologias para Estabelecer a Linha de Pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 1381, fev. 2009.

THOMAS, VINOD. **Differences in income nutrition and poverty within Brazil**. Washington: 1982. (World Bank Staff Working Paper n. 505).

U. S. BUREAU OF LABOR OF STATISTICS. **A Profile of the Working Poor**, 2010. Washington, DC: U.S. Department of Labor, Report n° 1035, march 2012.

VETTER, D; HICKS, J. **Identifying the Urban Poor in Brazil**. Washington: 1983. (World Bank Staff Working Paper n. 565).

WORLD BANK. **Brazil: measuring poverty using household consumption**. Jun. 2006 (Report n. 36.358-BR)